

EM FOCO O TRABALHO COLABORATIVO NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Gislaine Aparecida de Castro Schneider¹

Andreia Mauren Corrêa²

Marta Graziela Rosa³

Sandra Salete de Camargo Silva⁴

RESUMO

Este estudo está vinculado às pesquisas do Programa de Pós-Graduação PROFEI, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva e EPEDIN/GEPPRAX - Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão, da Universidade Estadual do Paraná – Campus de União da Vitória. A proposta de abordagem sobre o trabalho colaborativo corresponde às demandas atuais encontradas no contexto educacional, pois nota-se a necessidade das formações continuadas e/ou em serviço serem ampliadas para toda equipe escolar (professores/as, gestão, professores estagiários/as e demais funcionários/as) de modo que esta prepare-se para os desafios inerentes ao processo educacional e esteja envolvida diretamente no desenvolvimento dos estudantes do ensino regular da classe comum desde o momento em que adentram a instituição educacional. Desse modo, surge a seguinte inquietação: Por que as formações continuadas e/ou em serviço, pensando em uma educação na perspectiva inclusiva, não são ofertadas para todos os servidores públicos da instituição de ensino? Nesse contexto, busca-se compreender as formações mencionadas, e a relevância do trabalho colaborativo entre todos/as que compõem a equipe escolar, de modo que esta prepare para a promoção e práticas inclusiva. Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica com análise qualitativa sobre formação continuada, formação em serviço, educação inclusiva e trabalho colaborativo. Para discussão buscou-se referência em autores contemporâneos como: Mendes (2023), Damiani (2008), Freire (2014), Roldão (2006), Silva (2017), entre outros. Os resultados parciais da pesquisa já apontam que a formação continuada e/ou em serviço é uma ferramenta de sensibilização e disseminação de conhecimentos, ao propor abordagens colaborativas que refletem no ambiente escolar. Desse modo, acredita-se que formações envolvendo a prática colaborativa de todas as pessoas diretamente ligadas aos/as estudantes repercutirá positivamente na escolarização inclusiva.

Palavras-chave: Formação Continuada, Formação em Serviço, Trabalho Colaborativo, Educação Inclusiva.

¹ Mestranda em Educação Inclusiva (PROFEI) pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), na linha de pesquisa Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva. Atualmente atua como professora docente Educação Infantil, e bolsista CAPES. Participa do Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação Direito e Inclusão da Unespar (EPEDIN/GEPPRAX), <https://lattes.cnpq.br/4247650897538437>, e gislainesch@hotmail.com;

² Mestranda em Educação Inclusiva (PROFEI) pela UNESPAR- Campus de União da Vitória - PR. Atualmente sou professora da prefeitura municipal de União da Vitória e da prefeitura municipal de Porto União, bolsista CAPES. Participa do Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação Direito e Inclusão da Unespar (EPEDIN/GEPPRAX), <https://lattes.cnpq.br/8904861365017095>, e andriacorrea@yahoo.com;

³ Mestranda no curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Unespar Campus de União da Vitória - PR na linha de pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva. E-mail: martagraziela1@gmail.com;

⁴ Docente associada dos cursos de Direito e Pedagogia do Campus de União da Vitória da UNESPAR, docente permanente do PROFEI, com formação em Pedagogia e Direito, Mestrado e Doutorado em Educação. Coordena o Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação Direito e Inclusão da Unespar (EPEDIN/GEPPRAX) E-mail: sandra.salete@unespar.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/704428132405531>.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos/as com deficiência, transtornos, altas habilidades e superdotação no âmbito do ensino regular comum é algo que já está garantido na legislação brasileira e vêm com maior força a partir da LBI - Lei Brasileira de Inclusão, (n ° 13.146, de 6 de julho de 2015). No entanto, estudos revelam que a inclusão ainda não ocorre na sua totalidade de acesso e permanência, pois, há ainda, muitas barreiras para que o processo educacional na perspectiva inclusiva ocorra dentro das instituições de ensino regular comum.

Tendo em vista, os desafios no contexto educacional e considerando que a escola deve ser inclusiva em seu processo de ensino (envolvendo todos/as os/as estudantes), observa-se a necessidade de professores/as e demais profissionais da educação (equipe escolar) estarem em constante formação, sendo continuada e/ou em serviço. Considerando a perspectiva de uma escola inclusiva, destaca-se que esta é composta por um coletivo de profissionais que estão ligados ao desenvolvimento integral dos/as estudantes, com ou sem deficiência, direta ou indiretamente. Nessa ótica, surge a seguinte indagação: Por que as formações continuadas e/ou em serviço, pensando em uma educação na perspectiva inclusiva, não são ofertadas para todos os servidores públicos da instituição de ensino?

Como objetivo principal deste estudo buscou-se compreender as formações mencionadas, e a relevância do trabalho colaborativo entre todos/as que compõem a equipe escolar, de modo que esta prepare para a promoção de práticas inclusivas. Especificamente, conceituar a Educação Especial Inclusiva na rede comum de ensino, e a formação continuada e em serviço na perspectiva de uma educação inclusiva; descrever o trabalho colaborativo como ferramenta auxiliar no processo educacional inclusivo. A metodologia da pesquisa é bibliográfica com análise qualitativa, respaldada em documentos legislativos e autores/as renomados/as, como: Mendes (2023), Damiani (2008), Freire (2014), Roldão (2006), Silva (2017), entre outros.

Os resultados sinalizam que as formações (continuada e/ou em serviço) de professores/as e demais profissionais da educação são fundamentais no processo educacional inclusivo, e que nesse coletivo o trabalho colaborativo torna-se uma ferramenta aliada na efetividade de acesso a práticas inclusivas, considerando o desenvolvimento integral de todos/as os/as estudantes. Desse modo, acredita-se que as

formações envolvendo a prática colaborativa de todas as pessoas diretamente ligadas aos/as estudantes repercutirá positivamente na escolarização inclusiva.

METODOLOGIA

A metodologia abordada neste estudo será teórica bibliográfica, respaldada em Gil (2008), o qual conceitua os benefícios a respeito da coleta de dados através da catalogação em materiais pertinentes à temática, sendo importante realizar devidamente a classificação desse material para que a pesquisa apresente uma fundamentação teórica coerente. Para isso, faz-se necessário realizar uma análise qualitativa sobre o material pesquisado, baseado em Minayo (2009), que traduz a pesquisa qualitativa na análise das produções humanas, visando construir significados a um determinado tema gerando novas respostas para o assunto pesquisado.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Refletindo sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, há uma visão de instituição de ensino que acolhe, aprecia e valoriza o que os/as estudantes já sabem atendendo também suas especificidades, valorizando assim as suas potencialidades. Nesse contexto,

[...] uma escola somente poderá ser inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistemático de conhecimentos como recursos a serem mobilizados (Aranha, 2004, p. 7).

Analisando a caracterização mencionada por Aranha (2004), verifica-se e ressalta-se a importância de todas as instituições de ensino caminharem para uma organização escolar inclusiva, que consiga atender todos/as nas suas especificidades e que assim as escola possam estar assegurando a garantia de direitos já previstos de maneira legislativa para todos/as. Se revisitar a questão política pode-se citar que,

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua

responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilite a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais (Brasil, 2001, p. 28).

O movimento pela Educação Especial Inclusiva é uma ação social, pedagógica, cultural e política, nessa perspectiva, os/as professores/as devem refletir continuamente sua formação e de modo crítico as suas práticas em sala de aula. Desse modo, a escola inclusiva, tornou-se uma escola para todos/as, acolhendo as diferenças e não apenas no espaço destinado às salas de aula, mas em todos os ambientes da escola.

Para a efetivação e o sucesso desse ambiente educacional inclusivo, é necessário mais que professores/as dedicados/as e com vontade de implementar mudanças em sala de aula, mas também dos demais profissionais da instituição como os/as professores/as especialista do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a gestão escolar, os pais, funcionários e toda comunidade envolvidos/as em forma coletiva, onde seja traçada alternativas no favorecimento da aprendizagem e construção de sistemas escolares inclusivos (Mendes, 2023).

Assim, a Educação Inclusiva pode ser concretizada, com a colaboração de todos/as envolvidos/as no processo educacional, essa parceria garante que a escola contemple todos/as nas suas diferenças, trazendo resultados mais eficazes, com uma relação dialógica e crítica entre os profissionais da escola. Nessa abordagem, o papel da escola está em fornecer conjuntos de experiências colaborativas voltadas à inclusão, com esse pensamento podemos relacionar algumas práticas e abordagens que podem intensificar e ressignificar os processos formativos nas instituições e assim alinhando as práticas pedagógicas nas instituições escolares. Desse modo,

Os professores devem abandonar práticas que valorizam a simples acumulação de conteúdos e nas quais os alunos ficam isolados, por outro lado devem ser planejadas atividades em equipe que possibilitam a manifestação da aprendizagem, talentos e diferenças (Silva, 2010, p. 102).

Aponta-se então, para que a Educação Especial Inclusiva avance é necessário pensar em formação, seja formações continuadas e em serviço como os esforços do coletivo de professores/as, gestão, e toda comunidade escolar. Assim, ressignificando a educação e construindo uma sociedade humana mais justa e igualitária.

FORMAÇÕES CONTINUADAS E EM SERVIÇO: NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial inclusiva vai além do direito de matrícula e acesso à rede comum de ensino, pois “um processo inclusivo implica em mudanças, tanto no sistema quanto na escola. E, principalmente, requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados, independentemente de suas diferenças” (Reis, 2011, p. 10). Nesse contexto, faz-se necessário que todos/as os/as profissionais da educação estejam envolvidos/as em rede de colaboração para que a inclusão se efetive. A PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), orienta que os sistemas de educação regular devem garantir:

oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

Como visto na política acima os espaços escolares devem receber matrículas de alunos/as com deficiência, transtornos, altas habilidades e superdotação e garantir a oferta de AEE - Atendimento Educacional Especializado, formações (de professores e demais profissionais) para que ocorra a inclusão. Assim, destacamos a importância de realizar formações (continuadas e em serviço) voltadas ao processo educacional com práticas inclusivas nos ambientes escolares, com a intenção de atualizar os conhecimentos, diminuir as barreiras atitudinais existentes e incluir todos/as os/as alunos/as.

Ao buscarmos pesquisas relacionadas à formação na perspectiva de uma educação inclusiva, temos como foco de muitos estudos a formação de professores/as para o processo educacional inclusivo. Tendo em vista, que este/a é o/a profissional que tem maior contato com os/as alunos/as e é o principal responsável pelo processo educacional. Com relação a formação de professores/as, “a proposta de formação do professor precisa apoiar-se na concepção de um profissional que se configura como agente do processo educativo na escola como espaço de promoção do conhecimento” (Silva, 2017, p. 75). Concorde-se ainda com a mesma autora que a formação dos/as educadores/as é algo inacabado, pois sempre será preciso aprofundar seus saberes, atualizar-se e aperfeiçoar-se continuamente para complementar seus conhecimentos (Silva, 2017). Nesse contexto,

[...] o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente (Freire, 2014, p. 26).

As formações continuadas e em serviço tornam-se um instrumento que permite, aos profissionais participantes, acesso a diversos conhecimentos específicos, estratégias de abordagem e recursos que corroboram para a efetivação da inclusão de todos/as os/as alunos/as. Nessa perspectiva, percebe-se a relevância de todos/as os/as profissionais da educação participarem das formações tendo em vista que o/a aluno/a, com ou sem deficiência, é da escola e esta é composta por diversos/as profissionais que contribuem para o desenvolvimento integral dos/as educandos/as. Dentre esses profissionais que compõem o coletivo das instituições escolares podemos mencionar os/as professores/as, professor/a auxiliar (estagiário/a), pedagogos/as, gestores/as, serviços gerais, merendeiro/a, entre outros que atuam diretamente ou indiretamente com as/as educandos/as.

Tendo em vista que a equipe escolar é o coletivo de um grupo de profissionais que contribuem para o processo educacional e formação integral, é válido abrir espaços de estudos para que todos/as tenham acesso aos conhecimentos. Nesse sentido, a formação em serviço é um instrumento que se faz necessário para refletir sobre o processo educativo e conceber relações sociais e troca de conhecimentos no contexto social, cultural e profissional (Silva, 2017). Além disso, os/as professores/as precisam criar parcerias que contribuam para o desenvolvimento de competência dos/as alunos/as considerando os desafios e exigência do cotidiano, assim, o trabalho colaborativo auxilia na mudança e aprimoramento das ações educativas quando aliado a reflexões sobre as práticas, pois transforma as perspectivas e crenças (Vieira, 2020).

Haja vista, que a formação continuada é necessária para a ampliação e aquisição de novas perspectivas voltadas para o processo educativo de todos/as os/as estudantes ressalta-se também a relevância dos sistemas de ensino ofertarem a formação em serviço, de modo a ampliar o acesso aos conhecimentos a todos/as os/as profissionais da educação para juntos (em um trabalho colaborativo) realizarem trocas de saberes, refletindo sobre suas ações e traçando propostas equitativas para a efetivação da inclusão dos alunos público da educação especial na rede comum de ensino.

TRABALHO COLABORATIVO: FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO EDUCACIONAL INCLUSIVO

As formações continuadas e/ou em serviço no meio educacional devem provocar e promover um ambiente escolar colaborativo, o que visa promover uma educação cada vez mais inclusiva, sendo a colaboração um facilitador para que a educação seja de qualidade para todos/as os/as alunos/as. Desse modo, é que deve-se entender que

Na colaboração, [...] ao trabalharem juntos, os membros de um grupo se apóiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e co-responsabilidade pela condução das ações (Damiani, 2008, p. 215).

Ao analisar a colocação apresentada por Damiani (2008), percebe-se a dimensão de trabalho em equipe que as instituições de ensino devem e podem considerar enquanto o desenvolvimento de um trabalho colaborativo. Assim, entende-se que a principal seria a questão de se atingir o mesmo objetivo que é uma educação equitativa para todos/as, sendo isso, de igual responsabilidade para todos/as os/as integrantes desse grupo. Ainda destacando sobre esse entendimento ressalta-se que

[...] o conceito de “colaboração” [...] compreende três princípios básicos: a) um objetivo comum; b) voluntarismo e c) paridade. Trabalhar junto pode ser uma ação frequente nas escolas, mas há que se ter objetivos comuns, para configurar a colaboração. O voluntarismo implica na vontade, não há colaboração. A paridade implica a ausência de hierarquia, numa relação em que não há quem oriente ou mande e alguém que obedeça ou siga passivamente alguma sugestão. Nessa relação, as expertises são somadas, as sugestões são fornecidas e aquelas consideradas viáveis são testadas (Mendes, 2023, p. 30).

O conceito abordado pela autora traz um esclarecimento maior sobre o desenvolvimento do trabalho colaborativo, trazendo os princípios básicos para que a colaboração no ambiente escolar de fato aconteça, sendo esses: ter um objetivo comum para toda escola; o voluntarismo, sendo a vontade de trabalhar em colaboração; e uns dos principais a paridade entre a equipe escolar, com uma relação sem a hierarquização entre os profissionais da instituição.

Assim, o que se destaca são os esforços que todos/as que trabalham nas escolas devem realizar para que as soluções das situações vivenciadas cotidianamente no ambiente escolar, ofereça o máximo de apoio e corresponsabilidade nas ações, visando

sempre a aproximação dos/as estudantes ao aprendizado. Nesse sentido, valoriza-se o que Roldão (2006), cita sobre o esforço conjunto e articulado que deve ser realizada em vista a situação problema vivenciada nas escolas, pois cada um reúne o saber que se tem para auxiliar e suprir com essa demanda. Portanto, cada um, dentro das instituições de ensino tem valor e se torna essencial no processo de ensino e aprendizagem dentro das escolas. Percebe-se então que “[...] circunscrever a prática inclusiva à sala de aula não é suficiente. É preciso que a escola busque fomentar a cultura inclusiva e colaborativa em seu seio, pois garantir a função da escolarização é atribuição de todos os profissionais da escola” (Costa *et al.*, 2023, p. 63).

Verifica-se nesse sentido, a necessidade de se rever a constituição da cultura escolar nos ambientes educacionais, visando romper com as práticas individualistas e competitivas que ainda se vê em muitas instituições, sendo necessário consolidar uma cultura escolar colaborativa (Costa *et al.*, 2023). Entendendo dessa maneira, que a equipe deve caminhar junto para a efetivação das práticas escolares inclusivas e de qualidade para todos/as.

Nessa perspectiva, acredita-se que uma formação continuada estimula e favorece o trabalho colaborativo nas escolas, beneficia as práticas pedagógicas inclusivas, colaborando para uma educação com mais qualidade e efetividade. Nesse segmento, é necessário que nos cursos de formação tanto inicial como continuada seja contemplada a temática sobre colaboração, reforçando as evidências abordadas nos estudos realizados por Damiani (2008), que reforçam que as práticas colaborativas nas escolas favorecem a efetividade de uma educação com condições reais de aprendizagem e desenvolvimento dos/as educandos/as.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao refletir sobre uma escola inclusiva, ainda nos deparamos com grandes desafios, considerando o importante papel da escola, pois as instituições de ensino são espaços destinados a um conjunto de experiências necessárias e formativas que desenvolvem muitos saberes com diversas situações teóricas e práticas. Dessa maneira, é preciso que as instituições de ensino tenham bem claro e definido sobre como desempenhar bem o seu papel, assim, acredita-se que com intervenções formativas tendo em foco o trabalho colaborativo há uma possibilidade de intervir de forma positiva nas escolas tornando-as mais inclusivas em todo o processo de aprendizagem.

Desse modo, as discussões e resultados, estão relacionados sobre o papel da escola, que deverá favorecer espaços colaborativos entre todos/as da equipe escolar, beneficiando à inclusão, com formações continuadas e/ou em serviço para todos/as os/as profissionais da instituição de ensino, e que assim sejam vivenciados os princípios básicos de um ambiente colaborativo com objetivos claros defendidos por todos/as, voluntarismo e paridade entre todos/as. Essa articulação entre as formações continuadas e/ou em serviço e o trabalho colaborativo, oportunizam mudança no ambiente escolar e nas práticas docentes, e assim com essa iniciativa da inovação há uma melhoria na atuação pedagógica favorecendo a inclusão e o respeito nas características individuais de cada sujeito pertencente ao ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os aspectos relevantes sobre a educação inclusiva, ao verificar o histórico de movimentos e lutas para a garantia de direitos das pessoas com deficiência, entre eles o acesso a uma educação em uma perspectiva inclusiva, sendo que esta ocorra no ensino regular na classe comum. Porém, o que ainda é vivenciado no cotidiano escolar é com relação a efetividade da educação inclusiva a qual ainda não acontece de forma concisa e respeitosa, nesse sentido, reforça-se que umas das ferramentas que contribui significativamente é o trabalho colaborativo nas instituições de ensino.

Desse modo, é preciso que os sistemas educacionais percebam a relevância e urgência em estruturar formações continuadas e/ou em serviço que contemplem todos/as os/as profissionais que trabalham nas instituições de ensino. Por meio da formação todos/as os/as participantes têm a oportunidade de dialogar de forma reflexiva, ampliar seus conhecimentos, aprender novas estratégias, e amenizar seus medos frente aos desafios inerentes ao processo educacional inclusivo.

Concluindo e refletindo sobre os aspectos acima mencionados a respeito da efetivação de uma educação inclusiva, trabalho colaborativo e formações continuadas e/ou em serviço, destaca-se que é necessário ainda muitos estudos e movimentações para que essas práticas sejam efetivas no cotidiano escolar. Pois, a educação inclusiva precisa ser uma realidade nas instituições de ensino comum, e para que isso ocorra, uma possibilidade são as formações do coletivo na ótica de trabalho colaborativo que vem se mostrando cada dia mais eficaz, mas para que esse trabalho aconteça é preciso as formações contemplem todos/as os/as profissionais da escola, desde a gestão escolar,

professores/as, professores/as auxiliares, serviços gerais e os funcionários da merenda. Assim, é preciso formar todos/as os/as membros da equipe escolar para a colaboração para que cada vez mais práticas inclusivas sejam efetivadas nos ambientes escolares.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos: a nossa orientadora Sandra Salete de Camargo Silva, que nos provoca com suas intelectualidade e experiências no campo da Educação Inclusiva; Ao Programa de Pós-Graduação PROFEL, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva pela oportunidade de ampliarmos nossos conhecimentos enquanto professoras de Educação Básica e pesquisadoras; Ao coletivo do EPEDIN - Espaço de Estudos e Pesquisa em Educação, Direito e Inclusão pelas trocas de conhecimentos, compartilhamento de experiências em rede de colaboração; E ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva**: v.3: a escola/coordenação geral SESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação especial, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL, Lei n. **13.146**, de. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024

COSTA, J. D. V. da. *et al.* Construindo “nós”: uma escola alicerçada nos princípios colaborativos. In: MENDES, E. G. **Práticas Inclusivas inovadoras no contexto da classe comum**: dos especialismos às abordagens universalistas. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2023.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios.** Curitiba, PR: UFPR, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de set. de 2024.

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2014. Ebook Everand.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

MENDES, E. G. A trajetória da pesquisa sobre formação de professores/as para a inclusão escolar: a descoberta das abordagens universalistas. In: MENDES, E. G. **Práticas Inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas.** Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2023.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da Pesquisa Social. IN: MINAYO, M. C. de S., DESLANDES, S. F., GOMES, R. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

REIS, M. B. de F., SILVA, L. R. de S.. Educação inclusiva: o desafio da formação de professores. **REVELLI** – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas. V. 3, n.1 – março de 2011 – p. 07-17. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/2861>. Acesso em: 15 out. 2024.

ROLDÃO, M. do C. Trabalho Colaborativo. O que fazemos e o que não fazemos nas escolas? **Revista Noesis**, Lisboa, trimestral, n. 66, jul./set., 2006.

SILVA, A. M. da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: História e fundamentos / Aline Maria da Silva** - Curitiba: Ibplex, 2010 (Série Inclusão Escolar).

SILVA, S. S. de C..**Inclusão, Educação Infantil e a Formação Docente: percursos sinuosos.** Curitiba: Íthala, 2017. p. 94. ISBN 978.85.5544.073.1.

VIEIRA, Eulália. Formação colaborativa e docência: as possibilidades e os desafios. São Paulo: Lisbon Internacional Press, 2020. p. 156. ISBN: 978-989-52-7982-1.